

## SAUSSURE – AS CONSEQUÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO DE UM ELEMENTO HÍBRIDO, A *LANGUE*, SISTEMA/FATO SOCIAL, COMO OBJETO DA LINGUÍSTICA

Me. Daniel Marra da SILVA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins  
danielmarra@ifto.edu.br

Dr. Sebastião Elias MILANI

Universidade Federal de Goiás  
Sebaselias37@hotmail.com

**Resumo:** Trata-se, neste artigo, da reflexão de Ferdinand de Saussure a respeito de como deveriam ser os estudos de natureza linguística (procedimentos metodológicos), e de qual seria o objeto de estudo da Linguística, que resultou no que se chama de corte epistemológico. O *corte epistemológico* saussuriano instituiu a Linguística como ciência e a *langue* como objeto. Enquanto que a fala, a parte individual da linguagem, foi definida como “um ato individual de vontade e inteligência”, a *langue* foi duplamente definida como um objeto “social em sua essência e independente do indivíduo”, e como “um sistema virtual que existe no cérebro”. No primeiro caso, a definição de *langue* se encaixa nas características dos *atos sociais*, que são exteriores ao indivíduo e independente de sua vontade; no segundo, como um *sistema* que é interno ao indivíduo. Além de descrever e explicar essa aparente contradição, defende-se, neste texto, o argumento de que há espaço nas definições saussurianas para a emergência do ator social como um agente de consciência e vontade.

**Palavras-chave:** Saussure; *langue*; fato social; sistema; indivíduo.

### 1. Introdução

A noção de fato social como algo que possui um caráter exterior ao indivíduo, irreduzível às manifestações individuais, dotado de forças coercitivas, obrigatórias e punitivas, além de exaltar a superioridade dos acordos sociais sobre a vontade individual, faz realçar a ideia de que as aspirações individuais e as normas coletivas são separadas por barreiras intransponíveis. Não há espaço para a ação individual, pois toda vez que o indivíduo entrar em desacordo com as convenções do grupo sofrerá as consequências de seu ato. Não há espaço para a liberdade individual. Todo ato de consciência e vontade deverá passar pelo crivo da coletividade de que recebe os contornos característicos. Em outras palavras, a liberdade, o ato de consciência e de vontade é sempre condicionado e moldado pelo que já está instituído no acordo geral do grupo.

A noção de indivíduo como um ser livre que existe de forma auto-suficiente, independente do mundo exterior, não é uma noção que atende às necessidades da pesquisa nas ciências humanas e sociais. As noções de estruturas e instituições sociais que agem sozinhas e condicionam a vida social também são inadequadas. Adota-se, neste texto, em parte, o ponto de vista desenvolvido por Anthony Giddens (2000; 2003) de que são as *práticas sociais* que fornecem os meios para a descrição e compreensão da vida social. Além disso, acolhe-se a

noção de *ator social* de Giddens, um agente de consciência e vontade que age sobre a estrutura para reproduzi-la, mantê-la ou modificá-la, como uma forma de resolver a questão da noção de língua como um fenômeno que existe e se transforma independente das ações dos indivíduos.

Discute-se, neste artigo, que se a língua for entendida como um fato social da forma estrita como propusera Émile Durkheim ela não dá lugar à emergência do ator social como um agente de consciência e vontade. Esse agente é um ser capaz de refletir sobre os eventos da vida social e daquilo que lhe oprime, que pode, em cada momento da vida, escolher agir de outro modo, e que sabe as regras do jogo e como jogar, isto é, como diria Giddens, sabe como continuar nas situações que exigem sua agência. Ou seja, que tem consciência de seu papel de agente discursivo e condições de refletir sobre as práticas sociais.

É evidente que a língua como um fato social, uma instituição social, um sistema de regras convencionais oferece poucas oportunidades às iniciativas individuais. A transgressão das regras convencionais certamente não é tolerada pelos usuários que as conhecem e as defendem, e o transgressor sofrerá as consequências de seu ato. O reconhecimento da obrigatoriedade de uma norma coletiva, por outro lado, significa apenas que as convenções sociais se sobrepõem à vontade individual, que a sociedade faz exigências ao indivíduo para que se adapte ao padrão coletivo à pena da exclusão social. Mas esse fato em si não é suficiente para se excluir a ação dos indivíduos sobre as estruturas. Eles agem sobre elas, seja para reproduzi-las, mantê-las ou modificá-las. Da mesma forma que existem forças estruturais coletivas que forçam os indivíduos a se conformarem com as normas instituídas, existem a resistência e a não-conformidade individuais.

Não se quer argumentar, neste artigo, a favor de uma noção de língua que é criada e recriada em cada momento pelo indivíduo ou indivíduos. Pois não se cria a cada geração uma instituição como a língua, pelo contrário, ela é repassada de uma geração para a geração seguinte pelos indivíduos falantes, porque os próprios indivíduos sabem da necessidade da manutenção de seus signos para sejam inteligíveis uns com os outros. Não se quer defender uma noção de indivíduo que age consciente e intencionalmente, em todos os momentos de sua vida, sobre a língua para conservá-la ou para mudá-la. E também não se admite uma noção de língua que existe independente dos indivíduos falantes, um padrão abstrato localizado na coletividade, na sociedade ou na comunidade de fala.

Discute-se, então, que tão errônea quanto a noção de indivíduo como um ser que age de forma livre, consciente e intencionalmente sobre as estruturas sociais, é a noção de estrutura social que existe independente e para além da ação dos indivíduos. Assim, concorda-se, neste texto, que a língua não esteja completa em cada indivíduo, pois eles a adquiriram de forma diversa uns dos outros. Também não admite a ideia de Saussure de que a língua se localiza na sociedade, pois se trataria de uma formulação inconcreta, já que esse elemento não possui um cérebro para que a hospede.

Defende-se que a língua é um instrumento que existe fora do indivíduo particular, o ser orgânico, pré-social, que nasce numa comunidade. Esse *fora* significa simplesmente que a língua não é inata a cada indivíduo e que tampouco ela é criada por eles. Mas, como seres sociais que são destinados a ser, entrarão em contato com ela através de seus pais, família, amigos e comunidade, ou seja, com o elemento que lhes darão acesso aos demais códigos sociais. Isso quer dizer que os demais indivíduos já possuem a estrutura da língua e seus elementos significativos internalizados através do mesmo processo pelo qual os indivíduos pré-sociais, isto é, que ainda não dominam as normas sociais, passarão a cada momento. Dessa forma, é mais correto admitir que todos os seres sociais são portadores de uma língua: conhecem sua estrutura, dominam seus signos e sabem as normas de seu uso.

Discute-se, então, sobre o lugar da língua como um fato social e como um sistema, isto é, onde ela se situa. Como um fato social, a língua exerce coerção sobre a vontade do

indivíduo, isto é, impõe-se a ele e resiste às tentativas deste de criá-la e mudá-la, logo, será interessante refletir sobre a natureza da mudança linguística que somente ocorre enquanto é falada pelos indivíduos. Importa-se, também, refletir sobre a natureza da língua que é, ao mesmo tempo, interna (sistema) e externa (fato social) ao indivíduo e sempre social. Aponta-se, além disso, até que ponto a fala pode ser compreendida como um ato totalmente individual ou como realização da língua, ou prática de fala, que não é totalmente individual. Coloca-se, finalmente, a seguinte questão: Saussure de fato pretendia que o estudo da linguagem fosse cindido nesses termos polares e que a reflexão sobre ela seguisse estritamente dentro dos limites extremos do que é social, individual, externo, interno, ou tratava simplesmente de uma escolha metodológica?

## 2. O corte epistemológico saussuriano

Ao analisar como se deu o ingresso das ciências humanas ao “santuário da positividade científica” no século XIX, Hilton Japiassu (1978, p. 63) assinalou que quando essas ciências se libertaram da filosofia, tal libertação é vista por esse autor com não pouca incredulidade, “talvez tenham sentido a necessidade, por uma espécie de instinto de defesa e de auto-afirmação, de deixarem-se tutelar pelas ciências rigorosas”. Dessa forma, para Japiassu, o século XIX testemunhara mais uma ruptura com a tradição do que uma continuidade com as doutrinas do século XVIII.

As ciências humanas se constituíram sob um “solo”, ou “fundo de saber”, que pretendia explicar seus fenômenos a partir de um lugar não-filosófico e não-ideológico. Esse “fundamento epistemológico” reivindicava a categoria de *corte epistemológico*, de forma que pudesse expressar suas distâncias em relação à filosofia e à ideologia da época. O corte epistemológico instauraria um saber objetivo que romperia com os sistemas de representação anteriores a esse saber. Pois, como assegurou Japiassu (*op. cit.*, p. 143), “não há continuidade entre os sistemas de representação anteriores a uma ciência e essa ciência”.

Japiassu mostrou ainda que o conceito de corte epistemológico, criado por Bachelard, se define como o ponto a partir do qual uma ciência tem seu início: “um ponto de não-retorno”. “Entre a pré-ciência e a ciência não há dialética possível permitindo a passagem de uma à outra: uma é ideológica, a outra é científica; uma é um fragmento de um sistema de representação fazendo parte da experiência vivida, a outra é uma construção teórica”. Assim, estabelecer um corte significa “considerar uma ciência através de sua história repensada. [...] É romper com as visões que antecederam uma ciência e inaugurar uma problemática inteiramente nova” (*op. cit.*, p. 144).

Evidentemente, Saussure era consciente da urgente necessidade de se estabelecer um corte que representasse um rompimento com o tipo de pensamento que se tinha da língua e com o tipo de estudo sobre a linguagem que se fazia em sua época. Em uma carta a Antoine Meillet, datada de 4 de janeiro de 1894, em forma de desabafo escreveu:

Mas estou bem desgostoso de tudo isso e da dificuldade que existe em geral de se escrever dez linhas que tenham bom senso em matéria de fatos de língua. Preocupado sobretudo, ha muito tempo, com a classificação lógica desses fatos, com a classificação dos pontos de vista sob os quais nós os tratamos, vejo cada vez mais a imensidão do trabalho que seria necessário para mostrar ao linguista *o que ele faz*, reduzindo cada operação à sua categoria prevista e, ao mesmo tempo, à enorme variedade de tudo o que se poderia fazer, finalmente, em linguística. [...] Isso acabará, contra minha vontade, em um livro em que, sem entusiasmo, eu explicarei por que não há um só termo empregado em linguística ao qual eu atribua um sentido qualquer. Não é senão depois disso, confesso, que poderei retomar meu

trabalho do ponto em que o deixei (SAUSSURE, 1894 *apud* SWIGGERS, 2010, p. 3).

Simon Bouquet e Rudolf Engler, no prefácio de *Escritos de Linguística Geral – ELG* (SAUSSURE, 2002[2011] p. 15-16), fizeram menção aos relatos de Saussure sobre a perda do livro que ele estivera escrevendo na última década do século XIX. Os organizadores do ELG acreditam que os manuscritos encontrados em 1996 na estufa de um hotel pertencente à família de Saussure em Genebra fizessem parte do esboço do livro mencionado por Saussure. Apesar de, em alguns momentos, serem feitas referências ao ELG, as discussões que serão desenvolvidas neste artigo serão todas baseadas na publicação de 1916, *Curso de Linguística Geral – CLG*, organizada por Charles Bally e Albert Sechehaye, pois fora esta obra que lançara as bases para a instituição da ciência Linguística.

Ferdinand de Saussure, ao repensar a história dos estudos linguísticos e ao perceber a situação em que se encontravam tais estudos, insatisfeito como estava, fazia duras críticas ao *status* científico desse campo de estudo. Sua reação se deu, primeiramente, contra os estudos da Gramática que, dos gregos aos gramáticos de *Port-Royal*, se baseavam na lógica e que eram desprovidos “de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua” (SAUSSURE, 2006, p. 7).

Em segundo lugar, insurgiu-se contra os estudos filológicos<sup>1</sup>, que além de não ter a língua como único objeto, sua crítica era falha ao se apegar “muito servilmente à língua escrita”, esquecendo-se da “língua falada” (*op. cit.*, p. 8). Em terceiro lugar, criticou duramente a Gramática Comparada, que jamais havia se preocupado “em determinar a natureza de seu objeto de estudo”. Esta seria uma operação elementar, sem a qual uma ciência seria “incapaz de estabelecer um método para si própria”. Além disso, para Saussure, os comparatistas apresentavam “certos modos de pensar que teriam causado espanto em outra ciência”, devido às “excentricidades do pensamento e dos termos empregados para justificá-las” (*op. cit.*, p.10).

Um dos embates teóricos de Saussure era com um dos líderes da Gramática Comparada, August Von Schleicher (1821-1868). As pretensões metodológicas de Schleicher foram severamente criticadas por Saussure:

Sempre será um assunto para a reflexão filosófica o fato de que, durante um período de cinquenta anos, a ciência linguística nascida na Alemanha, desenvolvida na Alemanha, cara à Alemanha por um grande grupo de indivíduos, não teve jamais a intenção de alcançar o grau de abstração que é necessário para dominar, de um lado, *o que se está fazendo*, de outro, por que o que se está fazendo tem uma legitimidade e uma *raison d'être* (razão de ser) no conjunto das ciências; mas, um segundo assunto, surpreendente, é o de observar que, uma vez que, finalmente, esta ciência parece triunfar

<sup>1</sup> Ainda em 1844, August Fuchs, jovem romanista alemão, fez um relato surpreendente da relação entre os estudos filológicos – que se ocupavam do estudo das línguas clássicas e que gozavam de grande prestígio – e os estudos linguísticos emergentes que se relacionavam com o estudo de línguas modernas: “A idéia pré-concebida de que os pesquisadores, no que toca à linguagem, se dividem em filólogos, ou seja, pesquisadores no domínio do grego e do latim, e em linguistas, isto é, pesquisadores no domínio de outras línguas, deve ser abolida, visto que lembra bastante a antiga unilateralidade e o espírito de dominação dos primeiros, pois julgavam que fora o latim e o grego não havia nenhuma outra língua culta e olhavam com pena e desdém a preocupação com outras línguas, como se se tratasse de uma aberração. Os pesquisadores que se julgavam privilegiados foram punidos por sua arrogância, uma vez que tiveram que reconhecer que, graças justamente aos linguistas menosprezados, uma mudança salutar operou-se na filologia; os linguistas realizaram mais, em poucos anos, pela linguística geral, pelo sânscrito, pelas línguas germânicas e românicas, que os filólogos em alguns séculos pelo estudo aprofundado da língua grega e latina – estudo que somente progrediu significativamente, de modo direto e indireto, por intermédio da linguística moderna” (FUCHS, 1844 *apud* SWIGGERS 1998, pp. 9-10).

sobre seu torpor, ela chega à tentativa risível de Schleicher, que sucumbe diante de seu próprio ridículo. O prestígio de Schleicher era muito grande para que ele tenha apenas *tentado* dizer algo geral sobre a língua, de forma que mesmo hoje ele parece uma figura inigualável na história da linguística, e o que se percebe são linguistas produzindo ares comicamente graves, como é o caso dessa grande figura ... Por tudo o que se pode verificar, é visível que sua tentativa foi da mais completa mediocridade, o que não exclui as pretensões (SAUSSURE, manuscritos, *apud* JAKOBSON, 1971, pp. xxx-xxxi).<sup>2</sup>

Em outra ocasião, Saussure, ao reconhecer os esforços dos fundadores da escola neogramática, Karl Brugmann (1849-1919), Hermann Osthoff (1847-1909), Wilhelm Braune (1850-1926), Eduard Sievers (1850-1932), Hermann Paul (1846-1921) e August Leskien (1840-1916), declarou que graças a eles “não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos. (...) pois a língua não é mais uma entidade e não existe senão nos que a falam” (SAUSSURE, 2006 [1916], pp. 11-12). Tais ideias eram igualmente relacionadas ao pensamento de Schleicher sobre a natureza da língua.

Finalmente, Saussure faria também várias restrições ao trabalho daqueles que – sob o impulso dado por William D. Whitney emergiram sob a denominação de neogramáticos. Com estes nascera a Linguística, pois reduziram a comparação ao lugar que lhe cabia: “um meio, um método para reconstituir os fatos”. Mas o fator mais importante teria sido o reconhecimento de que a língua não é um organismo vivo, “mas *um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos*” (*op. cit., loc. cit.*).

Saussure foi, evidentemente, um admirador de Whitney e da escola neogramática da qual ele era discípulo. Não falta ocasião para se encontrar referências das influências destes sobre seus conceitos (cf. SILVERSTEIN, 1971; JAKOBSON, 1971; KOERNER, 1996; MILANI, 2000, 2011), entretanto, este texto não se ocupará das semelhanças das conceituações daquele com as de Saussure, pelo contrário, como ficará evidente, Saussure buscara estabelecer o limite que o pensamento de Whitney e seus seguidores conseguiram atingir.

A crítica de Saussure à neogramática se deu pelo fato de esta, “após ter reconhecido os defeitos da antiga doutrina [a Gramática Comparada], o que era fácil, contentou-se em rejeitar a teoria, ao passo que, na prática, ficava como que embaraçada por um aparato científico que, apesar de tudo, não podia dispensar” (*op. cit.*, p. 215, grifos nosso). Além disso, Saussure assinalou que, por maiores que sejam os feitos dessa escola, “não se pode dizer que tenha esclarecido a totalidade da questão (*op. cit.*, p. 12)”, e, os problemas fundamentais da Linguística Geral estavam, naquela época, por serem resolvidos.

Saussure parecia indignado com Whitney e com a nova escola, como se dissesse que estes, uma vez que reconheceram os problemas das escolas anteriores, tinham o justo dever de tirar a Linguística do limbo das análises subjetivas em que se encontrava. Seu embate com

---

<sup>2</sup> For all time it will be a subject for philosophical reflection that during a period of fifty years linguistic science, born in Germany, developed in German, cherished in Germany by innumerable people, has never had the slightest inclination to reach the degree of abstraction which is necessary in order to dominate on the one hand *what one is doing*, on the other hand why what one is doing has a legitimacy and a *raison d'être* in the totality of sciences; but a second subject of astonishment is to see that when at last this science seems to triumph over her torpor, she winds up with the ludicrous attempt of Schleicher, which totters under its own preposterousness. Such was the prestige of Schleicher for simply having *tried* to say something general about language, that he even today seems an unrivaled figure in the history of linguistics, and one sees linguists putting on comically grave airs when dealing with this great figure ... From everything that we can check, it is apparent that he was a complete mediocrity, not without pretensions (SAUSSURE, *manuscritos, apud* JAKOBSON, 1971, pp. xxx-xxxi).

Whitney aconteceu por causa da insistência deste em considerar a língua “uma instituição social da mesma espécie que todas as outras”. Saussure argumentara que essa “tese é demasiadamente absoluta; a língua não é uma instituição social semelhante às outras em todos os pontos” (*op. cit.*, p. 17). Mais adiante diz que “a língua constitui uma instituição social, mas ela se distingue por vários traços das outras instituições políticas, jurídicas etc.” (*op. cit.*, p. 24).

A objeção de Saussure à tese de Whitney se deu, primeiramente, pelo fato de ser a língua, “a cada momento, tarefa de toda a gente; difundida por u’a massa e manejada por ela, é algo de que todos os indivíduos se servem o dia inteiro” (*op. cit.*, p. 88). A língua é uma instituição mantida por todos os indivíduos e, “de todas as instituições sociais, é a que menos oferece oportunidade às iniciativas” individuais. Essa é uma das razões que não permite sua comparação com as outras instituições.

As prescrições de um código, os ritos de uma religião, os sinais marítimos etc., não ocupam mais que certos números de indivíduos por vez e durante tempo limitado; da língua, ao contrário, cada qual participa a todo instante e é por isso que ela sofre sem cessar a influência de todos (*op. cit.*, *loc. cit.*).

Além disso, Saussure argumentou que a fim de mostrar que “a língua é uma instituição pura, Whitney insistiu, com razão, no caráter arbitrário dos signos; com isso, colocou a Linguística em seu verdadeiro eixo. Mas ele não foi até o fim e não viu que tal caráter arbitrário separa radicalmente a língua de todas as outras instituições” (*op. cit.*, p. 90). Instituições como os costumes, a moda e as leis etc. que fixam a conduta humana não são inteiramente arbitrárias, pois estão baseadas, em graus diferentes, “na relação natural entre as coisas” e depende dos meios e fins visados. Por outro lado, a língua “não está limitada por nada na escolha de seus meios, pois não se concebe o que nos impediria de associar uma ideia qualquer com uma sequência de sons (*op. cit.*, *loc. cit.*). Uma das consequências da arbitrariedade do signo seria o fato de uma língua não poder se defender dos fatores que deslocam a relação entre o significado e o significante: princípio da mudança linguística, isto é, as mesmas palavras podem significar, em épocas diferentes, coisas diferentes.

### 3. O estabelecimento da *langue* como objeto da Linguística

As questões que mais perturbaram Saussure, em sua tentativa de vislumbrar e fundar uma ciência da linguagem que se desembaraçasse dos fios que a ligavam a um passado de inúmeras e incongruentes teorizações, diziam respeito: às inconsistências metodológicas; à indefinição de um objeto único; e às proposições errôneas sobre a natureza desse objeto.

Para Hilton Japiassu (1978, p. 144), é incontestável que, “para se definirem, as ciências humanas precisam ao mesmo tempo de um método (protocolos de operações) e de um objeto apresentando propriedades suscetíveis de se ajustarem a um tratamento científico”. Além disso, diz que “o objeto das ciências é um objeto teórico construído, um objeto de pensamento, e não concreto”.

Saussure procurou superar a prática comum de sua época que era a comparação das línguas particulares e visualizou um meio de estudar a estrutura geral da língua. Para que pudesse dar forma ao seu empreendimento sabia da necessidade de definir seu objeto. No entanto, reconhecia Saussure que o estabelecimento desse objeto não seria fácil.

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre (...). Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de

vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto (SAUSSURE, 2006, p. 15).

Um fenômeno linguístico qualquer dado à observação poderá ser analisado de vários pontos de vista: considerando-se os aspectos físico, fisiológico, psíquico e social da linguagem. No entanto, tais elementos podem ser reivindicados como objetos pertencentes a outras ciências.

(...) se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. Quando se procede assim, abre-se a porta a várias ciências – Psicologia, Antropologia, Gramática normativa, Filologia etc. – que separamos claramente da Linguística, mas que por culpa de um método incorreto, poderiam reivindicar a linguagem como um de seus objetos (*op. cit.*, p. 16).

O objeto da Linguística deveria ser, então, purificado ou desembaraçado de suas relações com outros objetos. Inês Signorini (1998, p. 101) declarou que “o objeto da tradição linguística clássica é, pois, um híbrido purificado, isto é, no qual foram desemaranhadas as linhas do objetivo e do subjetivo e social”. Tal objeto é a língua. Seu estabelecimento como objeto da Linguística se deu pelo fato de ser somente ela “susceptível de uma definição autônoma” e que fornecia “um ponto de apoio satisfatório para o espírito”. Conhecedor, como certamente era, das exigências da academia do cientificismo, Saussure conseguiu, dessa forma, construir um objeto teórico para a Linguística, como deveria ser com as disciplinas que se pretendessem científicas, “um objeto de pensamento”, nos termos de Japiassu.

O linguista romeno Iorgu Iordan (1888-1986) na obra, *An Introduction to Romance Linguistics. Its Schools and Scholars*, trad. por J. Orr, Londres, 1937, buscou estabelecer uma relação entre a distinção *langue-parole* de Saussure e *Rede-Sprache* de Georg von der Gabelentz (1840-1893). *Rede*, o equivalente de *parole*, é a linguagem como um fenômeno individual, um meio para a expressão de determinadas ideias; *Sprache*, o equivalente de *langue*, é a “totalidade de todos esses meios de expressão para todo tipo de ideias, e a totalidade de todas as aptidões e tendências que determinam as formas de fala e de todas as representações que determinam o seu conteúdo” (IORDAN, 1937, p. 283 *apud* COSERIU, 1980, p. 215).

Outro linguista romeno, Egenio Coseriu (1921-2002), corrigindo a declaração do colega compatriota, apontou que os termos de Gabelentz que correspondem às terminologias saussurianas são *Rede (parole)*, *Einzelssprache (langue)* e *Sprachvermögen (langage)* (cf. COSERIU, 1980, p. 215). Para Coseriu, o termo *Sprache* de Gabelentz representa uma noção mais ampla, “a linguagem como noção geral (que engloba todas as manifestações da linguagem)” que inclui em seu domínio os elementos *Rede, Einzelssprache e Sprachvermögen*, as “três formas fundamentais da linguagem: a fala, a língua e a linguagem enquanto faculdade humana universal”.

O fato é que Gabelentz na obra *Die Sprachwissenschaft. Ihre Aufgaben, Methoden und Bisherigen Ergebnisse* [A Ciência da Linguagem. Suas Tarefas, Métodos e Resultados Alcançados], Leipzig, 1901[1891], compreendia a *Sprache* cindida nas três partes: fala, língua e linguagem.

- 1) Em primeiro lugar, a linguagem [*Sprache*] é entendida como fenômeno [concreto], como meio de expressão do pensamento ocasional, isto é, como ‘fala’;

- 2) Em segundo lugar, *Sprache* é entendida como totalidade unitária de tais meios expressivos para qualquer pensamento. Neste sentido, falamos da língua [*Sprache*] de um povo, de uma classe profissional, de um escritor, etc. (...) *Sprache* [língua], neste sentido, não é tanto o conjunto de todos os ‘discursos’ [*Reden*] do povo, da classe ou do indivíduo, mas a totalidade das capacidades e inclinações e das representações objetivas que determinam, respectivamente, a forma e a matéria da fala;
- 3) Finalmente, em terceiro lugar, a linguagem [*Sprache*], como o direito e a religião é considerada como patrimônio [específico] do homem. Com isso se entende a *faculdade de linguagem*, isto é, a capacidade inerente a todos os povos de expressar o pensamento por meio da linguagem (GABELENTZ, 1901[1891] *apud* COSERIU, 1980, pp. 216-218).

Para Gabelentz (1901[1981] p. 386 *apud* COSERIU, 1980, p. 218), “o falante tem a possibilidade de escolher uma ou outra forma para vestir o pensamento (...). São, pois, três as forças que aqui atuam de modo determinante; duas constantes: o costume e a predisposição individual, e uma ocasional: o estado de ânimo do momento”. Gabelentz refere-se, neste caso, à *Rede*, ou fala, ou manifestação concreta da língua, que sofre variação em seu uso e oferece liberdade ao indivíduo, pois seu uso depende da escolha ocasional do indivíduo e de sua vontade em externá-la.

A *Einzelsprache*, ou língua, ou “um aparato de matérias e formas”, pertence sempre aos indivíduos – o falante e o ouvinte:

A fala é uma manifestação do indivíduo; a potência [*Kraft*] que a produz pertence, portanto, em primeiro lugar, ao indivíduo. Mas a fala deseja ser entendida e apenas pode sê-lo se a potência de que emana atua também no ouvinte. Essa potência, um aparato de matérias e formas, é precisamente a língua [*Einzelsprache*] (GABELENTZ, 1901[1981] p. 386 *apud* COSERIU, 1980[1967], p. 218).

Gabelentz, ao distinguir as três unidades da linguagem, também reconheceu que tais elementos deveriam ter disciplinas distintas que tratassem de suas especificidades. A que trataria da *Sprachvermögen*, ou da linguagem, seria a *Allgemeine Sprachwissenschaft*, ou linguística geral; a que se ocuparia da *Einzelsprache*, ou língua, seria a *Genealogisch-historische*, ou linguística genealógica e histórica; e a que teria por objeto a *Rede*, ou fala, seria a *Einzelsprachlich Forschung*, ou investigação da língua.

A investigação da língua explica a *fala* a partir do modo de ser da *língua*. A investigação genealógica-histórica explica a *língua* [mostrando] como se dividiu e modificou no espaço e no tempo. Ela [a linguística descritiva ou *sincrônica*] não pode compreender como e por que essa faculdade e esse sentimento chegaram a ser como são. Em troca, a história da língua, *enquanto tal*, quer explicar precisamente isso, e apenas isso. Portanto, não pode de maneira alguma atender às manifestações vivas da linguagem, isto é, à fala. Se quer fazê-la, deve, precisamente, adotar o ponto-de-vista da investigação da língua (GABELENTZ, 1901[1891] pp. 12; 140 *apud* COSERIU, 1980[1967], pp. 223-224, grifos nosso).

Eugênio Coseriu, no ensaio (Georg von der Gabelentz e a Linguística Sincrônica, 1967[1980]), buscou mostrar as semelhanças entre as conceituações de Gabelentz e as de Saussure. Muitas das terminologias postas por Saussure no Curso já estavam apresentadas na obra de Gabelentz (1891[2001]) com definições muito semelhantes. Evidentemente, Coseriu



buscava evidenciar o trabalho de Gabelentz como a fonte da Linguística Sincrônica de Saussure. Concluiu, portanto, que Gabelentz foi mais coerente do que Saussure em entender que a linguística descritiva ou sincrônica tem por objeto a fala, ou seja, a língua em funcionamento, e que, além disso, a língua é deduzida a partir da fala (cf. COSERIU, 1980[1967], 246).

No entanto, de todas as distinções saussurianas que Coseriu mostrou terem, de alguma forma, relação com as conceituações de Gabelentz, a que se mostrou mais distante da noção de Gabelentz foi a distinção *langue/parole*. A razão disso se deve ao fato da noção de Gabelentz encerrar apenas uma oposição, *sistema* e *realização* (ou potência/fenômeno concreto), enquanto que a distinção saussuriana, além da oposição *sistema* e *realização*, impõe a oposição *sociedade* e *indivíduo*.

Saussure (...) relaciona essa distinção com a concepção da língua enquanto ‘fato social’, ou, mais exatamente, faz um esforço para combinar duas oposições diferentes: *realização/sistema* e *indivíduo/comunidade* (...). Por isso, há, na realidade, no *CLG*, duas noções diferentes de ‘língua’ que não coincidem inteiramente (COSERIU, 1980[1967], 220, *passim*).

Coseriu não foi adiante, em seu texto, além de chamar a atenção para a complexidade e implicação da noção saussuriana, mas permitiu a emergência das reflexões que serão abordadas a seguir.

### **3.1. As consequências de um objeto ambíguo: a *langue* como um fato social e como um sistema**

Depois de fazer considerações sobre os aspectos físico, fisiológico e psíquico da linguagem, Saussure declarou que se deveria “acrescentar uma faculdade de *associação* e de *coordenação* (...); é essa faculdade que desempenha *o principal papel na organização da língua enquanto sistema* (SAUSSURE, 2006, p. 21, ênfase no original)”. Saussure se referia, nesse caso, às relações associativas, ou paradigmáticas, cuja “sede é no cérebro” e representam um “tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo” (*op. cit.*, 143), e às relações sintagmáticas, “relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo” (*op. cit.*, p. 142). Tais elementos, para Saussure, se combinam para colocar a língua em funcionamento.

Saussure, então, fez algumas declarações metodológicas sobre a *langue* cujos sentidos são, às vezes, polares. Primeiramente, insistiu no caráter social desse objeto em oposição ao caráter individual da fala:

Para bem compreender tal papel, no entanto, impõe-se sair do ato individual, que não é senão o embrião da linguagem, e abordar o *fato social*. (...) De que maneira se deve representar esse produto social para que a língua apareça perfeitamente desembaraçada do restante? Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (*op. cit.*, 21).

Em seguida, deu ênfase à natureza psíquica do sistema:

Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas (...). Uma língua constitui um sistema. (...) tal sistema é um mecanismo complexo; só se pode compreendê-lo pela *reflexão* (*op. cit.*, pp. 23, 87, 138, *passim*)

Através dessas definições é possível perceber que Saussure se esforçava no sentido de realçar a natureza do objeto da ciência emergente. A língua é um objeto que resultou de um processo de abstração feita pelo linguista. Antes de Saussure, a língua era apenas considerada via sua manifestação através da fala, ou tendo “outros pontos de vista” (*op. cit.*, p. 25). Estudar esse objeto em si significava abstrair-se de sua manifestação concreta, isto é, considerar esse objeto independentemente de sua realização física. Significava fazer considerações sobre a forma como esse elemento é assimilado pelo indivíduo, da forma como ele se estrutura em seu cérebro, da forma como o indivíduo transforma sua percepção do mundo (imagem acústica) em conceito, ou da forma pela qual um conceito suscita uma determinada imagem acústica no indivíduo.

Trata-se da instituição de um objeto abstrato ou virtual, não no sentido de que exista apenas no plano das ideias, mas no sentido de uma escolha metodológica que separava coisas que historicamente e ontologicamente não são separáveis. Os falantes não compreendem que a língua e a fala sejam necessariamente distintas. Historicamente, esses dois elementos sempre sobressaíram à compreensão dos indivíduos numa relação sinonímica. E aos pesquisadores, a forma concreta da língua, seja em registros históricos ou em suas realizações sonoras, foi sempre o meio de alcançar a natureza desse objeto. Ontologicamente, tais elementos representam unidades interdependentes já que uma (a língua) é instrumento e produto da outra (a fala).

Sem dúvida, esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes. (...) Por outro lado, é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências. Enfim, é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos linguísticos. Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas (SAUSSURE, 2006, p. 27).

De um ponto de vista metodológico pode-se, no entanto, separar tais elementos. Trata-se de uma escolha feita pelo linguista, que orientaria os demais estudiosos da linguagem a realizarem suas pesquisas levando em consideração tal procedimento teórico-metodológico, não que língua e fala devessem, de fato, em todos os momentos, ser estudadas separadamente. Não se trata de declarações sobre o mundo, sobre a realidade das coisas, mas de afirmações metodológicas (ou de procedimentos científicos) *apriorísticas* necessárias para que os pesquisadores da linguagem pudessem proceder a qualquer análise da natureza desse objeto, abstraídos de sua contraparte concreta. Mas a separação de elementos mutuamente interdependentes apenas se sustenta abstratamente, isto é, a língua separada da fala apenas subsiste através de um processo mental, através da reflexão do linguista sobre as propriedades que são próprias desse objeto.

As declarações de Saussure sobre a natureza da *langue*, evidenciadas acima, deixaram emergir um objeto de natureza um tanto híbrida: a *langue* é um objeto que ora é definida com

as características do *fato social*, exterior ao indivíduo, ora como um *sistema*, localizada no cérebro do indivíduo.

Ela é a parte social da linguagem, *exterior ao indivíduo*, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la (...) a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas. Os signos linguísticos, (...); as associações ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, *são realidades que tem sua sede no cérebro* (SAUSSURE, 2006, pp. 22-23).

Trata-se de duas noções que parecem representar, num primeiro momento, uma oposição, não menos que a oposição *langue/parole*.

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação é psicofísica Nada existe, portanto, de coletivo na fala (...) (*op. cit.*, pp. 27-28).

O fato é que Saussure busca fazer coexistir nas noções *langue/parole*, duas oposições que não são inteiramente compatíveis da forma como foram estabelecidas: *sistema e realização e sociedade e indivíduo*. A primeira oposição – *sistema/realização* – depende de uma noção de língua como interna ao indivíduo, e sua contraparte, a fala, como exterior a ele. A segunda oposição – *sociedade/indivíduo* – apoia-se na concepção de língua como exterior ao indivíduo e sua contraparte individual como interna.

Ora se a *língua* é um *sistema*, a base desse sistema não pode ser outra senão o cérebro do indivíduo, lugar que hospeda as abstrações do social. É no *interior* do indivíduo que a língua se encontra armazenada em forma de imagens verbais e estruturada de forma que o conceito e a imagem acústica possam se encontrar e se relacionar com os demais signos linguísticos na produção de enunciados inteligíveis e coerentes. É na esfera do indivíduo também que a língua se torna inteligível através de sua *realização* na *fala*. Logo, a dualidade sistema e realização está para o indivíduo. É fato que um único indivíduo não possui interna a si a língua completa, no sentido de todos os conceitos e imagens verbais, estrutura, cultura, costumes etc. que a compõem, mas possui o suficiente para representar o mundo que lhe cerca e desempenhar sua cidadania. E isso não é menos complexo que a totalidade, portanto, não é menos língua.

Na contraparte *externa* da conceituação saussuriana, a *língua* é um *fato social*, ou seja, representa uma realidade exterior ao indivíduo e à sua vontade e sobre a qual exerce coerção. Como um fato social, a língua não constitui uma função do falante nem está baseada no cérebro do indivíduo, ela é uma função da *sociedade* e é nesse lugar também que ela tem sua base.

Essa oposição interno *versus* externo que envolve ambos os elementos língua e fala encerra, na leitura de William Labov, um paradoxo:

Se todos possuem o conhecimento da estrutura da língua, se a *langue* é “um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro” (SAUSSURE, 1962, p. 30), seria possível se obter os dados através do testemunho de qualquer pessoa – mesmo uma única pessoa. Por outro lado, dados da *parole*, ou fala, poderão apenas ser obtidos através do exame do comportamento dos indivíduos ao fazerem uso da língua. Assim, temos o

“Paradoxo Saussuriano”: o aspecto social da língua é estudado através da observação de qualquer indivíduo, mas o aspecto individual somente através da observação da língua em seu contexto social (LABOV, 1991[1972], p. 186).<sup>3</sup>

Na sequência de sua discussão, Labov ainda sinalizou que o próprio Saussure era um pouco hesitante sobre essa questão, pois, logo após dizer que a *langue* é “um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro”, acrescentou: “ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo” (SAUSSURE, 2006, p. 21).

Nota-se, neste caso, que Labov, sem se conscientizar da distinção apresentada acima, tomou a discussão que Saussure fizera sobre a *langue* enquanto este refletia sobre sua natureza como um *sistema*, e, Labov, na formulação de seu raciocínio, acrescentou elementos que são próprios da caracterização saussuriana de língua como um *fato social*.

Argumentou-se, anteriormente, neste artigo, que a contraparte da *langue* como um sistema é a *realização*. A fala como realização não é totalmente individual, pois não se fala para si mesmo, confronte-se, por exemplo, a exposição do *circuito da fala*. Labov excluiu ainda a informação anterior em que Saussure dizia que se tratava de “um tesouro depositado *pela prática da fala*” (SAUSSURE, 2006, p. 21). Em outro momento, Saussure assegurara que nada entraria na língua sem que fosse “antes *experimentado na fala*” (*op. cit.*, 196).

Os exemplos dados por Saussure, não se tratam de atos puramente individuais, exceto pelo ato de vontade do indivíduo de querer comunicar-se, de sua realização fisiológica na fala e de seu estilo individual e variável. Mas a prática da fala requer que outros indivíduos estejam envolvidos em tal propósito, trata-se, reconhecendo a usurpação da terminologia, da *língua em uso*, ou fala. Nesse caso, não há controvérsia. Não se trata da oposição indivíduo e sociedade, mas da oposição sistema e realização, isto é, língua interna *versus* língua externa ou prática da língua/fala (Retoma-se essa discussão mais adiante.)

#### 4. A relação da Linguística saussuriana com a noção de indivíduo

Outra implicação da noção saussuriana *langue/parole*, de especial interesse para este artigo, está relacionada com a oposição sociedade/indivíduo, pois a *langue* é também “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la” (SAUSSURE, 2006, p. 21). Saussure, além disso, insistiu que para compreender o papel do objeto da Linguística seria necessário que se saísse do “ato individual” e se abordasse o “fato social”.

A Linguística teve seu estatuto definido com Ferdinand de Saussure no *Curso de Linguística Geral*. Inserido num contexto em que a sistematização metodológica era critério básico para qualquer estudo que pretendesse ascender à cientificidade, o linguista estabeleceu o objeto de estudo dessa disciplina, de forma que pudesse delimitar também as fronteiras do campo que lhe seria próprio. Ao determinar a *langue* como o objeto legítimo da investigação linguística, um sistema cujas forças são exteriores ao indivíduo e à realidade física, Saussure pareceu desconsiderar que o indivíduo pudesse ser um agente de consciência e de vontade.

O conceito de *langue* como um fato social aproxima o objeto da Linguística daqueles da Sociologia. Ao definir como objeto de estudo da Sociologia, os fatos sociais, Émile

<sup>3</sup> If everyone possesses a knowledge of language structure, if *langue* is “*un système grammatical existant virtuellement dans chaque cerveau*” (SAUSSURE, 1962, p. 30), one should be able to obtain the data from the testimony of any one person – even oneself. On the other hand, data on *parole*, or speech, can only be obtained by examining the behavior of individuals as they use the language. Thus we have the *Saussurian Paradox*: the social aspect of language is studied by observing any one individual, but the individual aspect only by observing language in its social context (LABOV, 1991[1972], p. 186).

Durkheim (1858-1917) buscava afastar de sua área de investigação as manifestações individuais, preferindo, assim, explicar a sociedade como uma entidade que existe independentemente dos indivíduos que a compõem.

Os fatos sociais eram, para Durkheim, formas de pensar, sentir e agir, e seu estudo deveria considerar tais realidades como externas ao indivíduo e dotadas de um poder de coerção que se impõe a sua vontade. Bernard Charlot (2000) argumentou que a Sociologia de inspiração durkheimiana quis dispensar o indivíduo, ao se construir contra o sujeito da Filosofia e da Psicologia, porém, não conseguiu abrir mão de qualquer referência ao “psiquismo”. Charlot (*op. cit.*, p. 34) deu ênfase ao pensamento de Durkheim de que seria preciso considerar “os fatos sociais como coisas”, e que tais elementos só podiam ser explicados por outros fatos sociais, sendo considerada falsa qualquer explicação que recorresse diretamente a um fenômeno psíquico. Mas, considerando que os fatos sociais são modos de agir, pensar e sentir, Charlot apontou para a dificuldade de se pensar um psiquismo sem o indivíduo, ou um psiquismo que fosse analisado em referência à sociedade. Contudo, a noção de ‘*representações coletivas*’ permitia que Durkheim pensasse fenômenos psíquicos sem referência ao indivíduo.

Deve-se ter em mente que as duas áreas, Sociologia e Linguística, se constituíram como campos legítimos do estudo do conhecimento humano e social por força dos cortes que seus teóricos executaram. Entretanto, a dissociação indivíduo/sociedade, ainda carente de uma explicação coerente, tanto no campo da Linguística quanto no da Sociologia, produziram um século de debates entre pesquisadores que se vêm presos às deliberações metodológicas fundadoras desses campos e que não conseguem, simplesmente, fugir de explicações controversas ou polêmicas.

A dissociação entre indivíduo e sociedade surgiu nos estudos da linguagem e permaneceu durante o século XX, dividindo os grupos de pesquisadores de acordo com o caráter antitético desses elementos. Se no século XIX os estudos da linguagem padeciam pela indefinição de um objeto e de um método adequado para se chegar à compreensão desse objeto, no século XX a opção por um objeto “único” (um híbrido purificado) fez com que a Linguística perdesse contato com algo que é próprio de seu domínio: os indivíduos falantes.

Atente-se, assim, para os seguintes detalhes: ao determinar o objeto da Linguística, Saussure separou a linguagem que é “multi-domínios” em dois elementos: de um lado, aquilo que é social, e de outro, o que é individual. Deve-se pensar, também, no fato de ser a linguagem algo inerente a todos os seres humanos. Todo o indivíduo, por menos civilizado que seja, é portador da linguagem, isto é, todo ele tem consigo os dois elementos que constituem a linguagem: não menos o social que o individual.

Ao caracterizar a língua, a parte social, como um fato social, que é exterior ao indivíduo, Saussure não explicitou se pensava no “indivíduo concreto” ou no “ator social” abstratamente concebido. Conforme elucidou Antony Giddens (1998, p. 155), “o indivíduo concreto, necessariamente, é o ‘portador’ da sociedade: removam-se todos os organismos humanos e não há mais sociedade”. O ator social é o ser em geral, abstraído metodologicamente, um agente ativo que possui consciência e vontade.

Se a língua é um fato social cuja natureza se encaixa na descrição feita por Durkheim – não há outra definição –, então, não surpreende o fato de que, frequentemente, Saussure seja acusado de ter suprimido o papel do indivíduo nos estudos de natureza linguística. R. Lafont e F. Gardès-Madray (1976, p. 13 *apud* FIORIN, 2002, p. 29), por exemplo, argumentaram que “a oposição *langue/parole* permite eliminar o falante da investigação linguística”. Confronte, além disso, a declaração de Marina Yaguello, sobre o papel ativo do indivíduo falante: “o falante – por meio do qual se exprimem também as relações sociais –, por longo tempo afastado da Linguística, nela foi introduzido pela Sociolinguística e disso resultou uma redefinição do próprio objeto dessa ciência” (YAGUELLO *apud* FIORIN, 2002, p. 27).

Analise-se, também, as seguintes questões: se a língua é um fato social que existe fora do indivíduo, que lugar é que esse elemento reside? Se ela exerce coerção sobre a vontade do indivíduo, isto é, se impõe a ele e resiste às tentativas deste de criá-la e mudá-la – ele não pode criar novas formas, nem alterar as já existentes, já que a concepção de fato social como força coercitiva não permite a emergência do ator social capaz de agir – como é que ela muda somente enquanto é falada pelos indivíduos?

Ao caracterizar a natureza da fala, Saussure declarou que se tratava de “um ato individual de vontade e de inteligência” e que “dela o indivíduo é sempre senhor” (SAUSSURE, 2006, pp. 21-22). Essa declaração do linguista dá lugar a uma nova concepção de indivíduo, a do *ator social*, nos termos de Giddens, constituído de vontade, consciência e inteligência; que tem o poder de escolher e de agir nas situações que exigem sua agência.

Como aconteceu com Durkheim, na discussão sobre os fatos sociais, a forma como Saussure definiu os elementos língua e fala, parece resvalar-se de uma concepção de indivíduo a outra. Dessa forma, sua conceituação de língua como um fato social só faz sentido se o indivíduo em questão for o indivíduo concreto, por outro lado, a forma como conceitua a fala dá lugar à emergência do indivíduo de vontade e inteligência plenas.

Por outro lado, Saussure não compreendia que a língua como um fato social fosse exterior a todos os indivíduos, como deu a entender Durkheim em sua definição dos fatos sociais que fossem exteriores a todos os indivíduos. A língua é exterior ao indivíduo particular ou a cada indivíduo particular, não a todos os indivíduos.

Isso significa que a língua pré-existe e sobrevive a cada indivíduo e que não é inventada por ele. Dizer que a língua é uma realidade externa ao indivíduo particular, significa, além do que foi dito, que inúmeros indivíduos já eram portadores dela quando este nasceu e que continuarão sendo após a morte deste. Significa que o sistema de signos que o ser particular utiliza para se expressar existe e funciona independente dos usos que ele faz desse sistema.

No entanto, embora a língua possa existir e funcionar independente dos usos que o indivíduo particular faça dela, não é verdade que ela exista e funcione independentemente dos usos que os demais membros da sociedade façam dela. Bernard Lahire analisou a declaração de Durkheim de que os fatos sociais são exteriores *a todos os indivíduos*, ou que “as maneiras coletivas de agir ou de pensar tem uma realidade *fora dos indivíduos*”, e concluiu o seguinte:

Se todas as vezes eu considerasse as coisas do ponto de vista de cada um desses outros indivíduos, eu poderia dizer de fato, que nenhum deles inventa essas instituições. Mas se o raciocínio é pertinente para cada um dos indivíduos tomados um a um, não se pode esquecer também que todas as vezes o conjunto dos outros indivíduos é portador de instituições que supostamente se impõem do exterior a cada indivíduo particular. Consequentemente, não se pode adicionar tais raciocínios a cerca de cada indivíduo singular para deduzir daí que as instituições são exteriores a todos: ao contrário, elas são sustentadas por todos. O social não é logicamente distinto dos indivíduos, e não vemos onde se apoia esse *fora dos indivíduos* (LAHIRE, 2006, p. 599).

Para Saussure, porém, a língua como um fato social possui uma realidade externa ao indivíduo “particular”, mas interna aos demais. Nesse momento, parece emergir uma possível explicação para a aparente ambiguidade na noção de indivíduo presente na discussão que Saussure fez sobre a natureza da língua e da fala, apontada anteriormente.

## 5. Conclusão

Falou-se, neste artigo, que a discussão que Saussure fez sobre a natureza da língua como um fato social só fazia sentido se o indivíduo que ele tinha em mente fosse o ser concreto. Por outro lado, sua conceituação da natureza da fala dava lugar ao agente social de consciência e vontade. Saussure, no entanto, não compreendia a noção de fato social nos mesmos termos que Durkheim o concebia, tinha sua própria concepção.

A língua constitui-se numa realidade externa ao indivíduo particular, mas ele pode e deve apropriar-se dela. Nos seus anos iniciais, por um processo inconsciente o indivíduo é levado a interagir com seus pais, família e amigos. Estes já internalizaram, pelo exercício da fala, a estrutura da língua, seu vocabulário e os sons que lhe são próprios. Ela não constitui mais para estes uma realidade exterior, mas a compreendem como uma realidade presente em todos os demais membros do grupo a que pertence.

À medida que o indivíduo vai aprendendo a língua de seus pais, por um instinto de sobrevivência, e de auto-identificação, a língua que antes só podia ser percebida nos “outros”, pouco a pouco, vai se tornando parte da estrutura psíquica desse indivíduo. Desde suas primeiras tentativas de pronunciar as primeiras palavras o indivíduo é incentivado a produzir novas palavras e novos enunciados. A prática deste permitirá que desenvolva habilidades que facilitarão o exercício da fala e o processo de internalização da língua será acelerado.

Veja que o indivíduo que aprendeu a língua e aquele que a coloca em movimento é o mesmo. Trata-se apenas de dois estágios do mesmo indivíduo. No primeiro estágio, o indivíduo “pré-social” é posto em contato com a língua, isto significa que ela está do lado de fora dele, mas nunca “pairando no ar” ou “planando no vazio”, está nos falantes. No segundo, o indivíduo socializado pelo aprendizado da língua e das demais normas morais internalizadas torna-se capaz de controlar sua própria língua, isto é, poderá escolher o que dizer e como dizer. Poderá selecionar algumas palavras e não outras; poderá escolher um tom mais alto ou mais baixo; poderá escolher entre uma variante mais ou menos formal; poderá ser criativo no uso da língua.

Neste momento, parece ser necessário retomar a pergunta feita anteriormente: em linhas gerais a questão buscava compreender o seguinte: se a língua exerce coerção sobre a vontade do indivíduo, isto é, se impõe a ele e resiste às tentativas deste de criá-la e alterá-la, – visto que a concepção de fato social como força coercitiva não permite a emergência do ator social – como é que ela muda somente enquanto é falada pelos indivíduos?

Novamente, é preciso compreender que a língua só muda quando é falada. Como um fato social que é exterior e resistente à vontade do indivíduo, não resta alternativa a este senão se subordinar às suas prescrições. Como uma estrutura internalizada e subserviente às vontades dos indivíduos ela é sujeita a todas às transgressões e caprichos destes. É fato que um único indivíduo não tem o poder de criar novas formas ou alterar suas formas existentes, mas o consenso dos demais membros do grupo validará as iniciativas individuais.

Argumentou-se, neste texto, que o fato de a *langue* ter sido caracterizada como um *sistema* e como um *fato social* produzia uma aparente contradição por causa da relação natureza interna/externa desse elemento. Da mesma forma, a contraparte individual desses elementos realização/indivíduo também parecia estacionar nos pólos interno/externo. Mas a aparente contradição que subjaz à conceituação saussuriana parece ter sido esclarecida nas argumentações evidenciadas neste artigo.

A *langue* como *fato social* é exterior ao indivíduo porque ele não nasce em posse dela. Como um ser orgânico, a infância do indivíduo é o período em que ele terá contato com a língua de seus pais e daqueles em torno de si, que lhe têm cuidado e lhe ensinam as normas sociais. Como afirmou Saussure, “o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe o funcionamento; somente pouco a pouco a criança a assimila” (SAUSSURE,

2006, p. 22). Em outra ocasião disse que “é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências” (*op. cit.*, 27).

Veja que se trata de um estágio, de uma etapa de aprendizado da língua e de outros códigos sociais, que estão fora do corpo orgânico do indivíduo pré-social, mas que estão nos demais indivíduos que já internalizaram tais elementos. Nos estágios posteriores, esse indivíduo já terá aprendido a língua e com ela os elementos culturais, sociais, geográficos, históricos etc., que fazem a língua.

O fato social terá sido internalizado e estará estruturado no cérebro do indivíduo em forma de um *sistema*. Como os demais indivíduos este indivíduo divide as características da língua e domina as normas de seu uso. A língua como fato social, portanto, não é incompatível com a língua como sistema. O sistema, desde sua organização no cérebro, que representa o desenvolvimento do aprendizado dos indivíduos no decorrer dos séculos, à simples veiculação de um determinado conceito a uma imagem acústica, é revestido do social.

A evidência da língua só aparece por meio da realização através da fala. A fala compreendida como sons articulados constituidores de enunciados inteligíveis não é individual. O que é individual é o ato de dizer (falar). Como afirmou Whitney (1971[1867], p. 162), “é preciso que haja vontade no indivíduo para que enuncie algo”.<sup>4</sup> Por outro lado, os sons articulados produzidos pelo indivíduo com a intenção de significar ou de expressar a ideia que está dentro de si são sociais, pois se enuncia algo que é comum ou inteligível a quem escuta.

Falar é um ato de vontade individual, pode o indivíduo falar quando se tem vontade e não falar quando não se tem. Sua vontade é, no entanto, condicionada por algo exterior a si, algo que está no outro, ou com quem se acha relacionado, pois nunca se fala para si mesmo. O ato de falar mobiliza órgãos que fazem parte da fisiologia do indivíduo (e.g. órgãos fonadores); que são únicos em cada indivíduo; mas que foram moldados, treinados com o auxílio de outros indivíduos; pela capacidade de ouvir outros indivíduos e de imitá-los, isto é de reproduzi-los.

“O social”, afirmou Lahire, “não é distinto dos indivíduos”, o contrário também procede, logo, os indivíduos também não são distintos do social; assim, também o sistema não é distinto do social; acrescenta-se que a língua não é distinta da fala, “é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta”, logo, a fala é a *língua em uso*. Todo o terreno sobre o qual as distinções língua e fala, sistema e realização, sociedade e indivíduo, externo e interno, estiveram fundadas foi escavado e as contradições evidenciadas e resolvidas.

## 6. Referências Bibliográficas

- CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Trad. de Bruno Magne. Porto Alegre: Artimed, 2000.
- COSERIU, Eugenio. *Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem: estudos de história da Linguística*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1980.
- DEUMERT, Ana. “Bringing speakers back in? Epistemological reflections on speaker-oriented explanations of language change”. In: *Language Sciences*, N° 25, pp. 15-76, 2003.
- DURKHEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007[1895].
- \_\_\_\_\_. *As regras do método sociológico*. Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Editora Nacional, 1987[1895].

<sup>4</sup> (...) an act of will is necessary to every sound we utter, as much as to every gesture we make (WHITNEY, 1971[1867], p. 162).



- GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Trad. de Cibele Saliba Rizek. São Paulo: UNESP, 1998.
- JAKOBSON, Roman. "The World Response to Whitney's Principles of Linguistic Science". In: *Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney*. Ed. By Michael Silverstein. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts, London, 1971.
- JAPIASSU, Hilton. *Nascimento e Morte das Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- KOERNER, Konrad. *Toward a history of American Linguistics*. London; New York: Routledge, 2002.
- \_\_\_\_\_. Questões que persistem em Historiografia Lingüística. In: *Revista da ANPOLL*, Nº 2, pp. 45-70, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Ferdinand de Saussure: Origin and Development of his Linguistic Thought in Western Studies of Language*. Wieweg, Germany, 1973.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991 [1972].
- LAHIRE, Bernard. *A Cultura dos Indivíduos*. Trad. Fátima Murad. Artimed: São Paulo, 2006.
- MILANI, Sebastião Elias. *Historiografia-Lingüística de Ferdinand de Saussure*. Kelps: Goiânia, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Humboldt, Whitney e Saussure: Romantismo e Cientificismo-Simbolismo na história da lingüística*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2000. Inédita.
- SAUSSURE, F. de. *Escritos de Lingüística Geral*. BOUQUET, Simon & ENGLER, Rudolf (Orgs.) Trad. Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2011[2002].
- \_\_\_\_\_. de. *Curso de Lingüística Geral*. Trad. A. Chelini. J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006[1916].
- SIGNORINI, Inês. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em lingüística aplicada. In: *Lingüística aplicada e transdisciplinaridade*. SIGNORINI, I; CAVALCANTE, M. C. (Orgs.). Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 99-110.
- SILVERSTEIN, Michael. "Whitney on Language". In: *Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney*. Ed. By Michael Silverstein. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts, London, 1971.
- SWIGGERS, Pierre. *Historia e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações*. In: *Revista Eutomia*, Vol. 2, Ano III, 2010.
- SWIGGERS, Pierre. *Filologia e Linguística: Enlace, Divórcio, Reconciliação*. In: *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 2, p. 5-18, 1998.
- WHITNEY, William Dwight. "Steinthal on the Origin of Language". In: *Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney*. Ed. By Michael Silverstein. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts, London, 1971.